



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A LUZ DOS CONDICIONANTES SÓCIO-POLÍTICOS
DÉCADA DE 1980: POLÍTICAS E DEBATES**Cristiane Sousa dos Santos
(UESB)Leila Pio Mororó**
(UESB)**RESUMO**

O presente trabalho analisa a política de formação de professores da década de 1980, a partir das questões sociais e educacionais que envolveram o período, evidenciando os fatos marcantes da época e seus reflexos na discussão sobre a reestruturação dos movimentos educacionais sobre a formação de professores, analisando a sua importância nos debates sobre a política educacional. Para tanto, contextualizar-se-á esse período abordando principalmente a questão do processo de ruptura política do país.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; Política Educacional; Década de 1980.**INTRODUÇÃO**

Este trabalho é parte da pesquisa monográfica, cuja tema é “A Formação de professores na década de 1980: contexto social e políticas públicas”. Justificamos como motivo da delimitação da década de 1980 para estudo por ser essa uma década

*Aluna do VI Semestre do Curso de Pedagogia da UESB. Participante do NEFOP. E-mail: Cris23luke@gmail.com.

**Professora Adjunta da UESB. Coordenadora do NEFOP. E-mail: lpmororo@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

rica em debates e discussões, sendo também um período de relevância política e histórica sobre a política de formação do educador.

Desta forma, a partir de consulta a autores como Romanelli (1984), Berzezinski (1996), Veiga (2002), Marques (2000), García (1999), buscaremos analisar as principais questões relacionadas à formação de professores na década de 1980, procurando investigar o seu contexto político-social.

A década de 1980 foi extremamente significativa para a história nacional: o país passou do período do milagre econômico para uma década de grande recessão econômica e de inflação galopante, ficando conhecida economicamente como “a década perdida”. Entretanto, politicamente, o Brasil saía da ditadura militar para um processo de redemocratização. Para o trabalho docente essa década representou um marco da reação contra o pensamento tecnicista que imperava nos anos 1960, 1970 e início dos anos 1980, possibilitando uma maior organização dos professores na luta pela democratização do ensino público, da escola brasileira e pela valorização da carreira do magistério.

Nesse texto, no primeiro momento contextualizaremos a década de 1980, destacando seus principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais, abordando principalmente a questão do processo de ruptura política do país. Logo depois trataremos mais precisamente sobre a formação do educador à luz dos condicionantes sociais da década em estudo. No terceiro momento do texto abordaremos, ainda que de forma sucinta, a trajetória dos movimentos de reformulação dos cursos de formação do educador como sendo uma tentativa de libertação das “amarras” oficiais em relação à política de formação do educador.

A seguir, analisaremos a forma como se desenvolveram e prosseguiram os debates sobre a formação de educadores, fazendo um paralelo entre a situação política e econômica do Brasil, destacando a questão do lento processo de abertura política do país.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

1-CONTEXTUALIZANDO A DÉCADA DE 1980

Falar dos processos de ruptura política no Brasil é, necessariamente, fazer um desvendamento da realidade de maneira crítica. Dessa forma, reportaremos a década de 1980 para compreendermos melhor os fatos sociais, políticos e econômicos desse período da história brasileira.

Sabemos que o Brasil passou por um longo período de ditadura militar, de 1964 a 1982, e seus vestígios podem ser percebidos ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, qualquer manifestação que fosse de encontro as ideologias desse movimento era considerada como vírus a ser exterminado em nome do funcionamento solidário do organismo social (SADER,1990).

A década de 1980 foi um período de significativas mudanças e de novos ordenamentos no quadro político da nossa sociedade, a qual precedeu a história da política brasileira marcada por uma longa cadeia de acontecimentos articulados entre si, e por ajustes elaborados pela elite, acontecimentos esses fiados pela força militar, e com isso, a persistência das classes dominantes burlaram as possibilidades de representação política das classes, as menos favorecidas.

O início do processo de abertura política, que se deu de forma lenta e gradual após longo período de ditadura militar, possibilitando o surgimento de novas organizações da sociedade civil e da sociedade política. Após anos de silêncio e repressão política, o povo pode retornar as ruas para fazer diversos manifestos. Segundo Pinheiro (1990, p.290) “No início da década de 1980, os movimentos sociais progressivamente vão dedicar-se á promoção dos direitos sociais e econômicos dos setores pobres da população.” As rupturas ocorridas na política e na sociedade brasileira implicaram, portanto, no surgimento de novos atores sociais e de novas identidades.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Havia uma grande efervescência no Brasil, o país saía do processo de ditadura militar e dava pequenos passos rumo à democracia. No entanto, embora vivenciasse essa efervescência de mudança, o país convivia com grandes contrastes sociais e econômicos, fruto de um modelo de sociedade extremamente excludente. O nosso país passou por grande crise econômica durante os anos de 1980, com o aumento da inflação e constante queda no crescimento da economia. Para conter os níveis alarmantes dos juros e da inflação, por exemplo, foi criado em 1986, o Plano Cruzado. Preços foram congelados gerando uma corrida desenfreada as compras, mas logo essa euforia acabaria. Esse período de calmaria na economia duraria pouco tempo, pois o plano cruzado não deu certo o que gerou grandes índices de desemprego, recessão e inflação.

Também foram retomadas as campanhas para as eleições diretas, movimento este que ocorreu em 1984. O país se mobiliza arrastando multidões às ruas de São Paulo. Existia a expectativa do povo brasileiro que o processo de abertura política viesse solucionar os problemas que o Brasil passava naquele momento, tais como a alta da inflação e salários baixos. A campanha pelas diretas foi o início de uma das maiores manifestações populares já vistas no país. Vale ressaltar que somente em 1989 é que o Brasil teria, de fato, eleições diretas para a presidência da república, elegendo como presidente, Fernando Collor de Mello.

Nesse contexto histórico de turbulência político social, analisaremos a seguir a formação de professores à luz desses condicionantes sociais e suas implicações nas discussões travadas a cerca da formação docente nesse período.

2-A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A LUZ DOS CONDICIONANTES SOCIAIS DA DÉCADA DE 1980



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A busca por uma formação de qualidade para o professor e a valorização do magistério não é uma reivindicação recente, é uma luta que vem ganhando espaço desde a década de 1980. Diversos debates são travados na busca por uma formação de qualidade: melhores salários e condições mais dignas de trabalho. Esta questão foi objeto de estudo de vários profissionais da área (Freitas, 1991; Saviani, 1999; Scheibe, 1996; Aguiar, 1999; Brzezinski, 1996; Marques, 2000, entre outros). Segundo Marques (2000, p.23)

Na década de 80, o acontecimento central da educação brasileira é a presença coletiva dos professores, em movimentos de âmbito nacional, pela afirmação do caráter profissional do trabalhador em educação e pela defesa da prioridade das condições de trabalho, do caráter e função pública dos serviços à educação de qualidade para todos. A partir de então, ganha novo sentido a luta pela reformulação dos cursos de formação.

Os anos 1980, considerados com a década perdida, não o foram, certamente, para a educação, principalmente se levarmos em conta os movimentos dos educadores que, desde então, se estruturavam no país, dando especial atenção à formação dos educadores, uma questão prioritária, considerada como base de qualquer tentativa de construção de um projeto nacional de educação. A luta dos educadores nos anos 1980 trouxe uma importante contribuição na forma de perceber a educação, a escola e o trabalho pedagógico, ao colocar em evidência as relações existentes entre escola e sociedade.

A década de 1980 representou, portanto, um momento de esperança por mudanças, de marchas e contra marchas, debates acerca da formação docente.

Segundo Scheibe (1996, p.49)

Final dos anos 70 e a década de 1980 ensejaram muitas discussões para o movimento dos educadores [...] visando a melhoria na formação desses profissionais, tais movimentos abrigaram



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

tendências transformadoras, como desdobramento da práxis dos educadores [...]

Esse período foi marcado por diversos debates, lutava-se pela superação do modelo tecnicista e por melhores condições de trabalho. Segundo Brzezinski (1996, p. 54)

Engajados em discussões, estudos e pesquisas sobre a reformulação dos cursos de formação de professores, com todas as dificuldades, pressões e incertezas, os educadores passam a escrever a sua história. Essa história se construiu e se constrói na ação e nos movimentos, no diálogo e no conflito.

Antes da abertura política não havia espaço para debates e lutas em prol de inovações. A repressão que existia naquele momento, fruto de um país marcado pelo regime da ditadura militar, silenciou muitos debates a respeito da democratização do ensino. Mas após os anos 1980, com a abertura política, houve uma efervescência de debates e produções acadêmicas em torno da problemática da formação de professores. Há uma ruptura, ou pelo menos uma tentativa de romper, com o modelo tecnicista. A sociedade civil começava a articular-se e lutar por ideais até então silenciados: uma escola de qualidade para todos, o que implica uma sólida formação para os educadores.

Segundo Scheibe (1996) esta dinâmica trouxe propostas que permitiram o surgimento de uma nova legislação, estabelecendo parâmetros organizativos e pedagógicos para superar uma grande parte das mazelas presentes na formação e na profissionalização dos profissionais da educação. Infelizmente, a década de 1980 foi marcada não só por essa rica discussão no campo da educação, mas também por altos índices de evasão e repetência escolar, daí a importância da luta da categoria docente em sanar tais dificuldades e ir em busca de políticas para superar tal realidade.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Em 1983 é realizado um Encontro Nacional sobre formação de professores, e nesse momento cria-se o Comitê Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFCE) que, anos mais tarde, se transforma na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (ANFOPE). O CONARCFCE se constituiu, então, em um espaço de lutas contra as arbitrariedades políticas e degradação dos profissionais do magistério, buscando uma sólida formação teórica e continuada, colocando a base comum nacional como princípio.

A base comum nacional passa a ser definida como núcleo essencial da formação do profissional da educação, e, segundo Marques (2000, p. 26) “instrumento de luta contra a degradação da formação profissional da educação.”

No âmbito da formação do educador o CONARCFE tem papel fundamental no redirecionamento das discussões em relação ao que era pregado oficialmente em relação à formação do educador, entendida como formação de recursos humanos, numa ótica tecnicista que imperava até então no sistema educacional brasileiro.

Inicia então a forte luta contra a formação de cunho tecnicista, discutia-se a necessidade de uma formação mais ampla, destacando a importância do caráter sócio-histórico dessa formação, uma concepção inovadora e emancipadora de educação e superação entre as dicotomias presente entre professores e especialistas.

As lutas e debates iniciados na década de 1980 foram mantidos até os anos 1990, que ficou conhecida como a década da educação. A década de 1980, portanto, foi um rico período em que muito se debateu sobre a educação brasileira e a formação de professores, contribuindo para que mudanças ocorressem na década posterior.

3-A LUTA PELA REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

No clima dos movimentos em prol da abertura política, pensadores e educadores críticos não alinhados com o clima de autoritarismo, fortalecidos com a possibilidade da volta à democracia no país, ganharam espaço para luta e reivindicação, fazendo eclodir no cenário educacional brasileiro, uma série de movimentos que discutiam a questão da formação do educador.

O contexto histórico da década de 1980 é marcado pela lenta e gradual abertura do regime militar em que o país vivia desde 1964. Nesse cenário, o campo educacional se caracterizava por ter políticas verticalistas, autoritárias, que, a partir dos anos de 1980, se tornaram alvo de fortíssimas críticas dos educadores, que ao longo desta década começaram a se organizar em associações de diversos tipos a fim de combater políticas de cunho militarista e debater a cerca da formação e valorização do professor. A década foi um período de esperança, uma longa marcha em busca da superação dos anos de autoritarismo. Os debates seriam um dos reflexos da abertura política do país.

Na verdade, os debates deste período centram-se na questão da superação das legislações oficiais da época que fragmentavam a formação do educador. Da mesma forma, buscavam promover a articulação, em nível nacional, dos esforços destinados a reformular os cursos de formação do educador, a garantir as condições dignas de trabalho e de valorização do profissional do magistério.

O marco inicial dos debates acerca da formação de professores foi a Conferência Brasileira de Educação realizada em Goiânia no ano de 1980, onde se deu início a mobilização em massa dos educadores e discussões sobre a problemática da formação desses profissionais. Ficou evidente nesse encontro, não só a grande mobilização dos educadores, como também a intenção desses de não mais permitirem que as decisões a respeito da sua formação se fizessem à sua revelia, de forma vertical.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Após o primeiro encontro nacional de educação, as discussões sobre a formação do educador tomaram proporções de âmbito nacional.

O comitê nacional, em sua fase inicial, se caracterizou por ter ações de caráter combativo ao autoritarismo político vigente na época. No segundo momento as discussões tomam vigor; há uma maior efervescência nos debates e os conhecimentos e resultados dessas discussões sobre a formação do educador são socializados em âmbito nacional. Segundo Brzezinski (1996) as discussões foram tomando maior conotação, conduzindo à uma busca por uma formação que não se restringisse apenas a preparação profissional, mas que possibilitasse condições dignas de trabalho e condições salariais decentes. A questão da Base Comum Nacional se tornou temática central desde o primeiro encontro realizado em Belo Horizonte, no ano de 1980. Ao longo da década, essa discussão foi se ampliando. Os protagonistas desta história vão se opor às políticas oficiais, e propor as suas próprias.

É importante salientar que, do ponto de vista político, diante do processo de abertura política em que o Brasil passava naquele período, a luta dos educadores também se fazia por uma transformação político-social do país. Sem dúvida, o processo de redemocratização da sociedade brasileira, vivido na década de 1980, foi crucial, a partir da criação do comitê pró-formação do educador, para a organização dos educadores mobilizados pela redemocratização da educação pública e valorização do magistério, buscando, em fim, romper com a “camisa de força” que as propostas oficiais os colocavam.

O Comitê pró - formação do educador, durante o primeiro Encontro Nacional de Educação, Belo Horizonte, 1983, transformou-se na CONARCFE - Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de formação do Educador. Essa mudança de nome foi sugerida para melhor acompanhar nacionalmente o processo e mobilização dos debates sobre a formação do educador.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A origem desta instituição está vinculada à primeira conferência brasileira de educação que ocorreu em Goiânia em 1980. O período que compreende os anos de 1980 e 1983, segundo Brzezinski (1992), "constitui o primeiro período de articulação do movimento de educadores congregateados para reformular os cursos e, conseqüentemente, o período originário da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação". Após esse período ampliaram-se as discussões em torno da temática da formação do educador.

A Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de formação do Educador teve importantíssima atuação nas lutas em prol da formação do professor, e para melhor compreendermos a sua contribuição acerca da temática desse trabalho, faremos um breve comentário acerca da sua natureza e papel.

3.1 - A CONARCFE E A POSSIBILIDADE DE LIBERTAÇÃO DAS "AMARRAS" OFICIAIS DA EDUCAÇÃO

Podemos dizer que a trajetória dos movimentos de reformulação dos cursos de formação do educador se divide em três momentos: o primeiro se refere ao Comitê pró-formação do educador, nos anos de 1980 a 1983, o segundo momento com a comissão nacional de reformulação dos cursos de formação do educador (CONARCFE), de 1983 até 1990, e o atual como a ANFOPE, que surgiu no início dos anos 1990.

A CONARCFE - Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador - foi uma instituição não governamental criada durante o primeiro encontro nacional de educação, num momento em que educadores estavam em conflito com os representantes oficiais do poder educacional, o MEC. Havia um conflito entre as proposta oficiais e a da comissão, pois havia um hiato entre os posicionamentos oficiais e os objetivos perseguidos pelos educadores. É interessante relembrar que o documento final de Belo Horizonte, segundo Brzezinski (1992),



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

representou um afastamento em relação aos projetos do governo. Esses protagonistas vão criar processos de resistência ao longo da década de 1980. O início das tentativas de desligamento das propostas do MEC está claro no documento final do I Encontro Nacional de Educação:

Uma análise geral do documento permite reconhecer que a problemática da reformulação circunscreve-se aos fatores externos e internos à educação, embutidos na crise geral da sociedade brasileira. Esta problemática envolve aspectos relevantes, tais como: a) a necessidade de mudança na política econômica vigente - em especial a dependência do capital estrangeiro; b) o necessário abandono de uma perspectiva gerencial que propõe soluções tecnicistas e estabelecem mecanismos de controle que tolhem a crítica; c) o poder de decisão e autonomia do profissional de educação; d) a denúncia da política clientelista na área educacional. (CONARCFE, 1989, p.6 apud BRZEZINSKI, p. 80, 1992)

Pode se afirmar que a CONARCFE possuía uma natureza mobilizadora ao ter representatividade de comissões estaduais por todo o Brasil. Esta instituição enfrentou inúmeras barreiras, entre as quais podemos citar a questão que se refere aos pressupostos contidos no documento final do primeiro encontro nacional, que foram desconsiderados pelos órgãos oficiais. Infelizmente, na história da comissão não teve apenas conquistas, houve também momentos de boicotes e dificuldades. Em síntese, os vários obstáculos enfrentados pela CONARCFE, só vêm demonstrar a importância dessa se manter autônoma em relação aos órgãos oficiais da educação, para, assim, revitalizar os movimentos e segmentos educacionais, cujo interesse é a reformulação dos cursos de formação de professores.

Em relação ao papel da CONARCFE, podemos destacar alguns de seus objetivos:



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

a) viabilizar a unidade do movimento articulando a compreensão das questões nacionais, regionais e locais, bem como suas relações específicas; b) estimular a organização do movimento em nível estadual e regional; c) articular-se com as entidades, sem perder a especificidade do movimento; d) manter-se atualizada com relação às experiências de formação do educador, veicular informações e propor avanços quando oportunos. (BRZEZINSKI p. 82, 1992)

Após o IV e V Encontros Nacionais de Educação, em 1989 e 1990, houve a transformação da CONARCFE em associação, a ANFOPE, que se caracterizou pela efetiva participação em fóruns em defesa da formação do educador e da escola pública.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE é uma “Entidade científica, civil, sem fins lucrativos, sem caráter religioso e nem político-partidário, e independente em relação ao estado” (ANFOPE, art.3º). Esta instituição propõe uma formação sólida do educador; que esta seja técnica, política e científica e que possibilite uma prática pedagógica crítica e consciente de transformações na sociedade brasileira, propõe também a Base Comum Nacional. Esta é vista como uma diretriz que envolve uma concepção básica de formação do educador e que se concretiza através de um corpo de conhecimento fundamental e um instrumento de luta contra a desvalorização da formação do profissional do magistério. A Base Comum Nacional, segundo o documento original, deveria ser composta por três eixos: as dimensões política, profissional e pedagógica, que interligadas, possibilitariam a formação do professor de forma global.

A ANFOPE tem se consolidado historicamente nestas últimas décadas como um importante instrumento de luta no campo da formação e valorização do magistério, com posição política definida. Nesta perspectiva, a ANFOPE desenvolve seu trabalho com base em princípios que são fundamentais para o caráter militante da entidade, norteados pelos valores democráticos.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A ANFOPE procurou, ao longo de sua história, no cenário nacional, promover e intensificar o debate sobre as experiências relacionadas à formação dos profissionais da educação, sistematizar e articular esforços para que pudessem haver mudanças nos cursos de formação, também comprometeu em lutar por uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação que contemplasse os anseios dos setores sociais.

Em fim a ANFOPE continuou com a luta em defesa da reformulação dos cursos de formação do professor iniciada no primeiro ano da década de 1980.

CONCLUSÕES

Procuramos neste trabalho analisar o contexto político e social do Brasil na década de 1980, traçando um paralelo com as lutas e debates em defesa da formação do educador no mesmo período.

Dessa forma, ficou claro que após o lento processo de abertura política no Brasil, aos poucos os educadores foram se articulando e debatendo sobre a importância da reformulação dos cursos de formação do educador. Esses debates são importantíssimos, representa, segundo Brzezinski (1996), “um divisor de águas”, uma ruptura com o tecnicismo vigente até o início da década de 1980, e o início de uma longa caminhada rumo ao desenvolvimento do pensamento e da prática crítica do educador. Trata-se, portanto, do conseqüentemente desatrelamento das amarras oficiais, para a consecução de um projeto de formação de valorização do educador.

Em suma, verificamos que os movimentos dos educadores na década de 1980, se fortaleciam a cada dia em busca da valorização do professor. Podemos afirmar, desta forma, que esse foi um momento rico para a educação, pois se rompia com a ditadura política e com o tecnicismo pedagógico pra dar espaço pra uma formação mais democrática e humana para o educador.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

REFERÊNCIAS

- ANFOPE. **Estatuto da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. 1990
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia. Pedagogos e Formação de Professores**. 3ª ed. Papirus: Campinas, SP, 1996.
- _____. Trajetória do movimento para as reformulações curriculares dos cursos de formação de profissionais da educação: do comitê (1980) á ANFOPE (1992). **Em aberto**. Brasília, ano 12, n.54, abr./jun. 1992.
- GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores - Para uma Mudança Educativa**. 2ª ed. Porto Editora: Lisboa, 1999.
- MARQUES, Mario Osório. **A formação do Profissional da Educação**. 3ª ed. UNIJUI-RS, 2000.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis. R.J, 1984.
- SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Brasil: um século de transformações**. Companhia das Letras/Atual: São Paulo, 1990.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura á democracia?** 8ª Ed. Atual: São Paulo, 1990.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Formação de Professores, Políticas e Debates**. 3ª ed.. Papirus: Campinas, SP, 2002.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro e AMARAL, Ana Lúcia (org). **Formação de Professores, Políticas e Debates**. 3ª ed. Papirus: Campinas, SP, 2002.